Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Informações gerais

A Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, instituída pela Lei Municipal nº 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didática, pedagógica, cientifica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, como sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

A FURJ tem por finalidade manter a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – INOVAPARQ.

As instituições mantidas pela FURJ objetivam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da prestação de serviços.

A FURJ poderá, visando ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, criar restaurantes, lanchonetes, bistrôs, laboratórios, museus, editoras, livrarias, agências, farmácias, clínicas, estabelecimentos de promoção de marketing e práticas comerciais, atividades esportivas, culturais, artísticas, ambientais, de saúde e emissoras de televisão e radiodifusão educativa.

A FURJ poderá prestar serviços de consultorias, assessorias, treinamentos, análises laboratoriais e ambientais, produzir e comercializar produtos e serviços; promover eventos e locar espaços para a obtenção de receitas; desde que revertam para a consecução de seus objetivos e finalidades.

### 2. Base de preparação

### 2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pela Controladoria, em 23 de março de 2017, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

#### 2.2. Normas contábeis

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e entidades sem finalidade de lucros (Resolução CFC 1.409/12 – ITG 2002).

Devido a determinadas reclassificações de contas patrimoniais e de resultado efetuadas pela administração em 2016, essas alterações foram refletidas nos saldos de 2015, mantendo a comparabilidade dos saldos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.2. Contas a receber de clientes

Representam, basicamente, aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Normalmente na prática são reconhecidas pelo valor de emissão ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessário.

### 3.3. Estoques

Os estoques referem-se a materiais didáticos, de manutenção em geral e de livros produzidos pela Editora, suficientes para o andamento das atividades da Instituição. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado.

### 3.4. Despesas antecipadas

Composto por apropriações de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos pagos antecipadamente.

### 3.5. Imobilizado

### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment* se houver).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é incluído no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esse custo e que possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

### c) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como seque:

Descrição	Anos
Edificações	40
Máquinas	7 a 30
Veículos	5 a 20
Móveis e Utensílios	15
Equipamentos de Informática	5 a 20
Acervo Bibliográfico	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### 3.6. Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada em 10 anos, pelo método da linha reta.

### 3.7. Valor recuperável (Impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não-financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo.

### 3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.10. Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.11. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a Instituição cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

### 3.12. Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, sendo utilizado o ajuste a valor presente quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.13. Apuração do superávit/déficit

As receitas, custos e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência.

### 3.14. Aspectos fiscais

A Fundação, na condição de educação e assistência social sem finalidade de lucros, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso V, alínea "c" da CF/88), sendo também detentora da isenção tributária sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social enquanto entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (art. 195, § 7º da CF/88), atendendo também aos requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional para a manutenção destas imunidades/isenções, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

### 3.15. Gerenciamento de risco dos instrumentos financeiros

Em atendimento às Resoluções CFC nos 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, de 21 de outubro de 2009, que aprovaram os Pronunciamentos Técnicos CPC nos 38 e 39, a Instituição revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado;
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis;
- e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Instituição realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Risco de crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

### Risco com taxa de juros

A Instituição monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### 3.16. Instrumentos financeiros

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

- Estimativa do valor justo
- Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

Ativos mensurados pelo valor justo		31/12/20	16	31/12/2015		
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.821.128	22.821.128	14.882.182	14.882.182	
Contas a receber	5	31.169.210	31.169.210	25.559.359	25.559.359	
Outras contas a receber	6	6.226.936	6.226.936	5.429.190	5.429.190	
Total		60.217.274	60.217.274	45.870.731	45.870.731	
Ativo não circulante						
Contas a receber	5	595.441	595.441	11.499.664	11.499.664	
Total		595.441	595.441	11.499.664	11.499.664	
Total dos ativos financeiros		60.812.715	60.812.715	57.370.395	57.370.395	
		31/12/20	16	31/12/2015		
Passivos mensurados pelo custo amortizado		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Passivo circulante						
Fornecedores		2.175.179	2.175.179	1.513.277	1.513.277	
Empréstimos e financiamentos	10	2.713.180	2.713.180	2.737.977	2.737.977	
Total		4.888.359	4.888.359	4.251.254	4.251.254	
Passivo não circulante						
Fornecedores		-	-	66.227	66.227	
Empréstimos e financiamentos	10	2.525.717	2.525.717	4.453.334	4.453.334	
Total		2.525.717	2.525.717	4.519.561	4.519.561	
Total dos passivos financeiros		7.414.076	7.414.076	8.770.815	8.770.815	

### 3.17. Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificadas, quando aplicáveis, para fins de comparação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados como segue:

Descrição	2016	2015
Caixa		
Caixa	5.298	2.828
Contas correntes		
Recursos sem restrições	969.652	809.820
Recursos com restrições	45.578	78.503
Aplicações financeiras		
Recursos sem restrições	20.455.114	12.694.876
Recursos com restrições	1.345.486	1.296.155
Total	22.821.128	14.882.182

As disponibilidades da Fundação só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2016 a Fundação mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banrisul S.A, Banco Safra S.A..

As aplicações de liquidez imediata da Fundação, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Fundação.

Os recursos classificados como – com restrições, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

### 5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão representadas como segue:

Descrição	2016	2015
Contas a receber de clientes	33.386.255	29.927.750
Contas a receber - convênios	9.267.579	6.911.689
Impairment (provisão para perdas) CP	(11.484.624)	(11.280.080)
Contas a receber de clientes	31.169.210	25.559.359
Parcela circulante	31.169.210	25.559.359
Pró-estudante	220.613	270.766
Prefeitura Municipal de Joinville	11.268.343	11.268.343
Cursos de graduação e outros	181.632	33.102
Credies Fundacred	299.966	-
AVP de clientes (–)	(106.770)	(72.548)
Impairment (provisão para perdas) LP	(11.268.343)	-
Parcela não circulante	595.441	11.499.663
Total geral	31.764.651	37.059.022

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição das contas a receber por vencimento:

Títulos vencidos		
Até 30 dias	1.342.237	1.086.638
De 30 a 60 dias	1.097.230	845.492
De 60 a 180 dias	3.592.360	2.848.961
Acima de 180 dias	14.925.887	24.700.222
Total de títulos vencidos	20.957.714	29.481.313
Títulos a vencer		
Até 90 dias	9.779.517	6.733.277
Acima de 90 dias	1.027.420	844.432
Total de títulos a vencer	10.806.937	7.577.709
Total de contas a receber	31.764.651	37.059.022

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 1.876.504

Em relação ao saldo de R\$ 11.268.343 a receber, a Instituição tem ação movida contra a Prefeitura Municipal de Joinville, por conta dos repasses da Lei Orgânica Municipal, com processo no 038.08.009163-3, para cobrir eventuais perdas de realização a administração constituiu provisão para devedores duvidosos com base na avaliação dos assessores jurídicos.

### 6. Outras contas a receber

Estão representados como segue:

Descrição	2016	2015
Créditos a funcionários	5.100.183	4.791.552
Adiantamentos a terceiros	823.048	103.307
Outros créditos	303.705	534.331
Total	6.226.936	5.429.190

### 7. Estoques

Os estoques estão representados como segue:

Descrição	2016	2015
Materiais de expediente	14.393	17.064
Materiais de informática	25.731	40.284
Materiais odontológicos	33.245	26.818
Materiais de limpeza	2.530	2.886
Materiais para brindes	17.675	2.757
Materiais de manutenção	18.471	12.868
Estoque de livros	69.334	119.094
Total	181.379	221.770

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 8. Imobilizado----continua

O imobilizado está representado como segue:

### Bens de Uso Próprios

Descrição	Saldo em 31/12/2015	( + ) Adições	( - ) Baixas inativos	( - ) Baixas venda	( - ) Ajuste	( +/- ) Transferência	Saldo em 31/12/2016
Custo							
Terrenos	130.086.739	-	-	-	-	-	130.086.739
Edificações e Benfeitorias	107.357.004	-	-	-	-	64.620	107.421.624
Laboratórios	9.450.633	346.380	(84.180)	-	5.707	(13.868)	9.704.672
Móveis e Utensílios	7.323.314	313.969	(157.889)	-	242	237	7.479.873
Veículos	374.631	-	-	(17.000)	-	18.118	375.749
Máquinas e Aparelhos	6.421.520	169.870	(40.629)	· -	-	297	6.551.058
Equipamentos de Informática	5.231.746	518.420	(237.990)	-	-	(2.359)	5.509.817
Acervo Bibliográfico	2.427.333	189.937	(291)	-	-	-	2.616.979
Outros bens moveis	5.000	-	-	-	-	-	5.000
Obras em Andamento	-	316.232	-	-	(8.115)	(64.620)	243.497
Total	268.677.920	1.854.808	(520.979)	(17.000)	(2.166)	2.425	269.995.008
Depreciação							
Edificações e Benfeitorias	(22.725.045)	(3.218.004)	-	-	-	-	(25.943.049)
Laboratórios	(6.433.244)	(404.609)	75.616	-	(5.708)	(42)	(6.767.987)
Móveis e Utensílios	(4.987.273)	(320.791)	145.662	-	(242)	(10)	(5.162.654)
Veículos	(125.138)	(22.029)	-	9.150	-	(426)	(138.443)
Máquinas e Aparelhos	(3.801.326)	(337.456)	38.664	-	-	(4)	(4.100.122)
Equipamentos de Informática	(4.713.622)	(253.610)	226.198	-	-	382	(4.740.652)
Outros bens moveis	(22)	(500)	-	-	-	-	(522)
Acervo Bibliográfico	(1.498.291)	(126.811)	1	-	-	-	(1.625.101)
Total	(44.283.961)	(4.683.810)	486.141	9.150	(5.950)	(100)	(48.478.530)
Líquido	224.393.959	(2.829.002)	(34.838)	(7.850)	(8.116)	2.325	221.516.478

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

## 8. Imobilizado----continuação

O imobilizado está representado como segue:

### Bens de Uso com Restrição

Descrição	Saldo em 31/12/2015	(+) Adições	( - ) Baixas inativos	(-) Baixas venda	( - ) Ajuste	( +/- ) Transferência	Saldo em 31/12/2016
Custo							
Laboratórios	18.354	102.844	-	-	-	(4.250)	116.948
Móveis e Utensílios	6.302	2.130	-	-	-	(237)	8.195
Veículos	55.792	-	-	-	-	-	55.792
Máquinas e Aparelhos	5.238	8.770	-	-	-	(297)	13.711
Equipamentos de Informática	32.677	17.102	-	-	-	2.359	52.138
Acervo Bibliográfico	5.991	1.529	-	-	-	-	7.520
Total	124.355	132.375	-	-	-	(2.425)	254.304
Depreciação							
Laboratórios	(962)	(6.521)	-	-		468	(7.015)
Móveis e Utensílios	(220)	(572)	-	-	-	10	(782)
Veículos	(1.612)	(4.184)	-	-	-	-	(5.796)
Máquinas e Aparelhos	(151)	(1.203)	-	-	-	4	(1.350)
Equipamentos de Informática	(5.992)	(13.773)	-	-	-	(382)	(20.147)
Acervo Bibliográfico	(102)	(469)	-	-	-	-	(571)
Total	(9.040)	(26.722)	-	-	-	100	(35.661)
Líquido	115.316	105.653				(2.325)	218.643
Total do Imobilizado	224.509.275	(2.723.349)	(34.838)	(7.850)	(8.116)		221.735.121

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 8. Imobilizado----continuação

A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

### Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil em 31/12/2016, de acordo com os critérios a seguir. A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Instituição, que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Experiência da Instituição com ativos semelhantes;
- Experiência da Instituição com vendas de ativos semelhantes;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e,
- Política de manutenção, visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos.

### Redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por *impairment*.

Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por impairment.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

## 9. Intangível

O intangível está representado como segue:

_				
Bens	dΔ	IIEU	nro	nrine
DCII3	uc	usu	PIV	prios

	Saldo em			Saldo em
Descrição	31/12/2015	(+) Adições	( - ) Ajuste	31/12/2016
Custo				
Softwares	1.631.912	94.163	-	1.726.075
Amortização				
Softwares	(961.055)	(136.122)	-	(1.097.177)
Total	670.857	(41.959)		628.898

Dogovicão	Saldo em 31/12/2015	( · ) Adioãos	( ) Aiusto	Saldo em
Descrição	31/12/2015	(+) Adições	( - ) Ajuste	31/12/2016
Custo				
Softwares	3.200	50.000	-	53.200
Amortização				
Softwares	(85)	(2.350)	-	(2.435)
Total	3.115	47.650	-	50.765
Total intangível líquido	673.972	5.691		679.663

## 10. Empréstimos e financiamentos

Estão representados como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	2016	2015
Circulante			
Capital de giro	De 1,2% a 1,44% ao mês	2.318.281	1.999.211
Financiamentos	TJLP + de 5,5% a 8,6% ao ano	394.899	733.521
Arrendamentos financeiros	1,5% a 2% ao mês	-	5.245
Total circulante		2.713.180	2.737.977
Não circulante			
Capital de giro	De 1,2% a 1,44% ao mês	2.511.471	4.164.999
Financiamentos	TJLP + de 5,5% a 8,6% ao ano	14.246	288.334
Total não circulante	_	2.525.717	4.453.334
Total de empréstimos e financiamentos	_	5.238.897	7.191.310
Por tipo de moeda		2016	2015
Reais		5.238.897	7.191.310
Total de empréstimos e financiamentos		5.238.897	7.191.310
Por indexação		2016	2015
Taxas pré-fixadas		409.148	1.027.100
Taxa pós-fixadas		4.829.749	6.164.210
Total de empréstimos e financiamentos	·	5.238.897	7.191.310

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 1.876.504 em 31/12/2016.

Foi dado como garantia, além das duplicatas, um Imovél situado em Joinville, no Bairro Centro, situado à Rua Ministro Calógeras, 2.390,60 m2, registrado sob a matrícula nº 26.919, no valor de R\$ 3.708.000; e um Terreno com casa em São Francisco do Sul, no Bairro Iperoba, registrado sob a matrícula nº 9.352, no valor de R\$ 3.572.248.

Os vencimentos de longo prazo, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

	2016	2015
Por data de vencimento		
Em até 6 meses	1.509.995	2.402.349
De 6 meses a 1 ano	1.217.432	2.373.579
De 1 a 2 anos	2.318.280	2.248.782
De 2 a 3 anos	193.190	166.600
Total de empréstimos e financiamentos	5.238.897	7.191.310

### 11. Obrigações sociais

Estão representados como segue:

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	3.489.127	3.277.271
Contribuições AFFURJ	4.173	3.080
Mensalidade escolar	49.019	51.523
Provisões para férias	7.366.329	7.105.556
Empréstimo consignado	130.401	132.176
Previdência complementar	820	55.289
INSS a recolher folha de pagamento	402.177	360.815
IRRF a recolher folha de pagamento	1.730.049	2.077.858
FGTS a recolher	-	559.801
Outros	18.382	399
Total	13.190.477	13.623.767

## 12. Subvenções a realizar

São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades prédeterminadas. Posteriormente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando a respectiva documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13. Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos assemelhados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Movimentação das provisões constituídas:

Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
1.687.500	53.649.817	55.337.317
- (314.401)	- -	- (314.401)
1.373.099	53.649.817	55.022.916
- (298.072)	- -	- (298.072)
1.075.027	53.649.817	54.724.844
469.354	1.171.058	1.640.412
605.673	52.478.759	53.084.432
1.075.027 1.075.027	53.649.817 <b>53.649.817</b>	54.724.844 <b>54.724.844</b>
	1.687.500  (314.401)  1.373.099  (298.072)  1.075.027  469.354  605.673	1.687.500     53.649.817

Adicionalmente a Instituição tem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2016 essas contingências representavam um montante de R\$ 1.641.965.

Entidade é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas possíveis ou remotas e, para as quais consequentemente, não foram constituídas provisões para perdas. Em 31 de dezembro de 2016, as discussões classificadas como possíveis, envolvem valores que totalizam aproximadamente R\$ 53.075.779.

### 14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida está representada como segue:

2016	2015
124.483.530	110.788.487
1.850.727	1.272.744
3.578.028	3.040.344
6.920.922	6.486.782
6.105.253	2.770.599
6.075.340	7.717.355
447.158	255.336
1.623	6.078
549.040	363.158
5.120	11.690
(114.473)	(23.507)
149.902.268	132.689.066
(2.795.645)	(4.295.836)
(1.968.511)	(1.937.233)
(24.108.425)	(21.278.390)
(4.470.105)	(4.823.464)
(33.342.686)	(32.334.924)
116.559.582	100.354.142
	124.483.530 1.850.727 3.578.028 6.920.922 6.105.253 6.075.340 447.158 1.623 549.040 5.120 (114.473) 149.902.268 (2.795.645) (1.968.511) (24.108.425) (4.470.105) (33.342.686)

### 16. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas estão representadas como segue:

Descrição	2016	2015
Receitas com taxas	548.917	489.414
Receitas diversas	1.273.906	867.466
Receitas com patrocínio e alugueis	23.012	101.268
Receitas com doações	73.718	15.488
Receita com venda de ativo imobilizado	16.150	-
Outras despesas	(710.087)	(359)
(-) Baixa do imobilizado	(47.055)	(427.329)
Total	1.178.561	1.045.949

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17. Resultado financeiro líquido

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

Receitas financeiras	2016	2015
Rendimentos aplicações financeiras	2.828.240	480.229
Receitas com juros e multa por atraso	1.444.442	1.255.011
Outras receitas financeiras	46.305	666.646
Variação cambial e monetária	1.055	719
Receita financeira de vendas	80.251	70.515
Descontos obtidos	5.582	5.832
	4.405.875	2.478.951
Despesas financeiras		
Encargos financeiros e bancários	(1.030.609)	(1.182.870)
Descontos concedidos	(519.461)	(456.486)
Variação cambial e monetária	(56)	(2.412)
Juros e multas de mora	(3.262)	(56.311)
Juros sobre financiamentos	(966.851)	(2.006.365)
Despesas cartorárias	(5.072)	(4.435)
	(2.525.311)	(3.708.878)
Resultado financeiro líquido	1.880.564	(1.229.926)

## 18. Subvenções

A FURJ concede bolsas de estudo a alunos, que são beneficiados com recursos oriundos de órgãos públicos, recebendo os seguintes auxílios e subvenções:

Descrição	2016	2015
Repasses federais	839.615	482.887
Repasses estaduais	4.803.203	6.930.737
Repasses municipais	321.290	158.513
Repasses privados	93.380	145.219
Total	6.057.488	7.717.355

Os valores de repasses recebidos do governo Federal foram aplicados: no Projeto Babitonga Ativa em parceria com o Ministério Público, no Projeto CEO III em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e Cis Amunesc e no PRONATEC em parceria com o Ministério da Educação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os repasses Estaduais foram utilizados para concessão de bolsas de estudo (art. 170, art. 171 e PROESDE) para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios, e no projeto FEHIDRO 2015 (Fundo Estadual de Recursos Hídricos).

Os repasses Municipais recebidos foram utilizados para concessão de bolsas de estudos (prefeitura de São Bento do Sul) e nos convênios: Disposição e Acesso ao Sistema de Digitação do Acervo Museus, projeto O Enigma de Cid em parceria com a fundação cultural, Projeto ECOAPA (Eco sustentabilidade na APA Serra Dona Francisca), Projeto Diagnóstico de Flora e Fauna e projeto Masto Fauna em parceria com secretaria municipal de meio ambiente e convênio com a SESPORTE.

Os repasses Privados foram utilizados nos projetos Peus e Cerne em parceria com o SEBRAE.

### 19. Trabalho Voluntário

A Entidade possui adeptos ao trabalho voluntariado e os registra conforme orienta ITG 2002 R1, ou seja, pelo valor justo e em contas de receita e despesa como a devido fosse. No exercício de 2016 foi registrado o montante de R\$ 17.852.

### 20. Gratuidades concedidas

A Entidade está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente, às áreas da educação propriamente dita.

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei n. 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei n. 12.868, de 15/10/2013, e pelo Decreto n. 8.242, de 23/05/2014, com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto no § 1° do art. 13-A, da Lei n. 12.101, de 27/11/2009.

A base de cálculo para a aplicação em gratuidade é o número de alunos pagantes, conforme o inciso III do art. 13, da Lei n. 12.101/2009. Alunos pagantes são o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, conforme o disposto no art. 13-C da referida lei.

Para o período de 2016 temos os seguintes valores aplicados em gratuidades:

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

				2016
Bolsas de estudos		Graduação	Colégio	Total
. Alunos matriculados		9.226	952	10.178
. Alunos Pagantes		7.837	847	8.684
Alunos necessários (relação 1/9) (Lei 12.868/2013)		871	94	965
Alunos necessários (relação 1/5) (Lei 12.868/2013)		1.567	170	1.737
. Bolsas de Estudo 100%		1.389	105	1.494
. Bolsas de Estudo 50%		621	153	774
Total de alunos beneficiados com bolsas de estudos		2.010	258	2.268
Receitas		Graduação	Colégio	Total
. Receitas Anual nos termos da Lei 9.870/99	(+)	124.488.649	6.920.922	131.409.571
. Mensalidades a Receber no Início do Exercício	(+)	24.760.473	595.379	25.355.852
. Mensalidades a Receber no Final do Exercicio	(-)	(29.838.388)	(751.559)	(30.589.947)
Total de Receitas	(=)	119.410.734	6.764.742	126.175.476
Deduções				
. Devoluções e Cancelamentos	(-)	(1.962.640)	(32.238)	(1.994.878)
. Descontos Concedidos sobre Mensalidades	(-)	(415.750)	(83.748)	(499.498)
. Bolsa de Estudo Integrais	(-)	(18.821.537)	(917.024)	(19.738.561)
. Bolsa de Estudo Parciais	(-)	(3.980.708)	(389.156)	(4.369.864)
. Outras Bolsas de Estudo Integrais/Parciais	(-)	(2.841.010)	(72.226)	(2.913.236)
. Perdas no Recebimento de mensalidasdes	(-)	(184.011)	(30.790)	(214.801)
Total das Reduções	(=)	(28.205.656)	(1.525.182)	(29.730.838)
Receita - Base de Cálculo	(=)	91.205.078	5.239.560	96.444.638
Benefício mínimo	20%	18.241.016	1.047.912	19.288.928
PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE BOLSAS				
. PROUNI 100%		18.079.669	-	18.079.669
. PROUNI 50%		3.475.289	-	3.475.289
. Bolsas Complementar 100% Recursos Próprios		554.026	-	554.026
. Bolsas Complementar 50% Recursos Próprios		307.243	-	307.243
. Ingresso com Bolsa Graduação 100%		187.842	-	187.842
. Ingresso com Bolsa Graduação 50%		151.451	-	151.451
. Ingresso com Bolsa Graduação 25%		46.725	-	46.725
. Ingresso com Bolsa Colégio 100%		-	917.024	917.024
. Ingresso com Bolsa Colégio 50%		-	389.156	389.156
Valor de Gratuidades Alcançadas com Bolsas		22.802.245	1.306.180	24.108.425
% de Gratuidades Alcançadas com Bolsas		25,00%	24,93%	25,00%

## 21. Imunidade usufruída das contribuições sociais

De acordo o artigo 40 do Decreto n. 7.237, de 20/07/2010, a entidade faz jus à isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, em atendimento à resolução CFC 1.409/12, item 28, letra "C", calculadas de acordo com os artigos 22 e 23 da Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei n. 8.212, de 24/07/1991.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22. Cobertura de seguros

Os bens da Instituição estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Patrimonial	Campus - incêndio, tumulto, greves, explosão	R\$ 10.135.500	30/05/2016 a 30/05/2017
Responsabilidade civil	Est. ensino , empregador , danos morais	R\$ 1.450.000	30/05/2016 a 30/05/2017

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas.

### 23. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras não foram constatadas e nem é de conhecimento da administração da Fundação, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações financeiras.

Joinville, 31 de dezembro de 2016.

A Administração

Sandra Aparecida Furlan **Presidente** 

Vanclei Francisco Batista
Contador CRC SC 025.682/O-6